

UNIBES – UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA
DO
BEM-ESTAR SOCIAL

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

UNIBES – UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA DO BEM-ESTAR SOCIAL

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores da
UNIBES – União Brasileiro Israelita do Bem-Estar Social
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da UNIBES – União Brasileiro Israelita do Bem-Estar Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UNIBES – União Brasileiro Israelita do Bem-Estar Social em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – “Contabilidade para pequenas e médias empresas” e em conformidade com a NBC ITG 2002/12 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.409 – Associações sem Finalidade de Lucro.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à UNIBES – União Brasileiro Israelita do Bem-Estar Social, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador (CEPC) e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Risco de perda da certificação CEBAS

Chamamos à atenção a Nota Explicativa Nº 9.2 às demonstrações contábeis que informam o protocolo do pedido de renovação do CEBAS no período de 2024 a 2026 conforme portaria MDS nº 352 de 27 de dezembro de 2012. Adicionalmente, a entidade busca a adequação ao Decreto n. 11.791/2023, que regulamentou a Lei Complementar n. 187/ 2021, acerca da Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (Cebas), atuantes nas áreas da educação, da saúde e da assistência social. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondente ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujos valores estão sendo apresentados nestas demonstrações contábeis de maneira comparativa, foi conduzido sob responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 19 de março de 2024, sem modificação.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de abril de 2025.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.
CRC 2 SP 015165/O-8


Carlos Aragaki

Contador CRC 1 SP 132091/O-1

UNIBES – UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA DO BEM-ESTAR SOCIAL

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo			
	Nota explicativa	2024	2023		Nota explicativa	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	665	712	Fornecedores		536	307
Títulos e valores mobiliários	4	40.560	24.546	Obrigações tributárias e trabalhistas	7	1.925	1.930
Contas a receber	5	1.898	1.817	Contas a pagar		83	1.146
Despesas antecipadas		124	126	Projetos sociais a realizar	8	5.016	3.545
Créditos diversos		475	658	Outros passivos		-	1.085
Total do ativo circulante		43.721	27.860	Total do passivo circulante		7.559	8.013
Não circulante				Não Circulante			
Depósitos judiciais		228	291	Outros Passivos		186	65
Créditos diversos		53	89	Total do passivo circulante		186	65
Imobilizado líquido	6	7.672	8.046	Patrimônio líquido			
Intangível líquido		15	70	Patrimônio social	10	24.267	21.368
Total do ativo não circulante		7.969	8.496	Reserva de doações		3.468	4.011
				Superávit do exercício		16.210	2.899
				Total do patrimônio líquido		43.944	28.278
Total do ativo		51.689	36.356	Total do passivo e patrimônio líquido		51.689	36.356

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIBES – UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA DO BEM-ESTAR SOCIAL

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2024	2023
Receitas operacionais:			
Donativos diversos	11	30.177	14.136
Receitas dos bazares	12	13.253	13.713
Auxílio às vítimas do Holocausto	13	10.583	9.587
Parcerias municipais e estaduais	14	10.029	9.851
Convênios com entidades privadas		1.666	2.448
Eventos beneficentes		994	1.191
Contribuição de associados		2.001	2.090
Outras receitas		863	124
Resultado Positivo na Alienação de Bens Patrimoniais		528	-
Gratuidades – Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social –COFINS	9.1	4.859	4.634
Gratuidade – serviços voluntários		691	807
		<u>75.642</u>	<u>58.581</u>
Despesas e receitas operacionais:			
Salários, encargos e benefícios	15	(24.610)	(23.381)
Projetos sociais	16	(4.848)	(4.467)
Auxílio às vítimas do Holocausto		(9.613)	(8.693)
Auxílio para para bolsas de estudos	17	(3.527)	(2.666)
Auxílio - casas de repouso		(1.531)	(1.135)
Auxílio alimentos		(2.582)	(2.405)
Aluguéis		(1.538)	(1.408)
Serviços de terceiros		(3.027)	(3.007)
Transporte		(120)	(77)
Depreciação e amortização		(761)	(639)
Gratuidades tributárias – INSS e COFINS	9.1	(4.859)	(4.634)
Gratuidades – serviços voluntários		(691)	(807)
Outras despesas operacionais		(4.619)	(4.900)
		<u>(62.329)</u>	<u>(58.219)</u>
Resultado financeiro, líquido		2.896	2.537
Superávit do exercício		<u>16.209</u>	<u>2.899</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIBES – União Brasileiro Israelita do Bem-Estar Social

Demonstrações do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

	2024	2023
Superávit do exercício	16.209	2.899
Resultado abrangente	16.209	2.899

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIBES – UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA DO BEM-ESTAR SOCIAL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio Social	Reserva de doações patrimoniais	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	17.839	2.490	3.529	23.858
Incorporação do superávit	3.529	-	(3.529)	-
Doações de imóveis	-	1.521	-	1.521
Superávit do exercício	-	-	2.899	2.899
Saldos em 31 de dezembro de 2023	21.368	4.011	2.899	28.278
Incorporação do superávit	2.899	-	(2.899)	-
Baixa de imóveis doados	-	(543)	-	(543)
Superávit do exercício	-	-	16.209	16.209
Saldos em 31 de dezembro de 2024	24.267	3.468	16.209	43.944

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIBES – UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA DO BEM-ESTAR SOCIAL

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

	2024	2023
Atividades operacionais		
Superávit do exercício	16.209	2.899
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do superavit/ (deficit) do exercício com o fluxo de caixa:		
Depreciações e amortizações	761	639
(Ganho)/perda na alienação de ativo imobilizado	(528)	-
Provisões para contingências	121	61
Decréscimo/(acrécimo) em ativos		
Títulos e valores mobiliários	(16.014)	(2.749)
Contas a receber	(81)	374
Créditos diversos	220	64
Despesas antecipadas	4	(1)
Depósitos judiciais	63	(232)
(Decréscimo)/acrécimo em passivos		
Fornecedores	229	(31)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(5)	221
Contas a pagar e outros passivos	(2.149)	564
Projetos sociais a realizar	1.471	(2.076)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	301	(267)
Atividades de investimento		
Acrécimo/baixa do imobilizado e/ou reserva de doação	(876)	(1.022)
Receita de venda de ativo imobilizado	528	-
Caixa líquido originado das atividades de investimento	(348)	(1.022)
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa	(47)	(1.289)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	712	2.001
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	665	712
(Redução)/aumento de caixa e equivalentes de caixa	47	1.289

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A UNIBES - União Brasileiro Israelita do Bem-Estar Social (“Entidade”) é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), sem fins lucrativos, resultante da fusão, em 1976, de outras três instituições: Ofidas, Ezra e Policlínica Linat Hatzedek. Tem por objetivo promover o ser humano, incentivando sua plena integração social e ressaltando os valores da cidadania, dando assistência social a qualquer indivíduo que solicite ajuda econômica e moral.

No transcorrer de 2024, a Entidade não remunerou seus diretores, cumprindo as exigências legais para a manutenção da filantropia, conforme previsto pelo Decreto nº 7.237/2010, sendo que suas receitas são revertidas integralmente para a assistência de pessoas socialmente vulneráveis.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucro.

A moeda funcional da Entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela diretoria em 04 de abril de 2025.

2.2. Principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras

As principais políticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras são:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis adotadas--Continuação

2.2. Principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras

Apuração do superávit/déficit do exercício

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas mediante documento-hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência. O superávit/déficit referente às atividades da Entidade é incorporado ao patrimônio social somente ao término de cada exercício social.

Estimativas financeiras e julgamentos

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas. A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

A Administração monitora e revisa periodicamente estas estimativas e suas premissas.

Valor justo de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão registrados ao seu valor justo, acrescido, quando aplicável, pelos custos e transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Estão mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: de ativos financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, e passivos financeiros, mensurados a valor justo no resultado e outros passivos financeiros.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas financeiras adotadas--Continuação

2.2. Principais práticas financeiras adotadas na elaboração das demonstrações financeiras --Continuação

Caixas e equivalentes de caixa

Incluem caixa e saldos positivos em contas correntes mantidas junto às instituições financeiras. Também incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação, ou considerados de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo registrados pelos valores de custos acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou realização.

Títulos e valores mobiliários

Incluem as aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Essas aplicações são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Contas a receber

São apresentadas ao valor presente de realização. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização das contas a receber, quando a Administração julga necessária.

Imobilizado líquido

Demonstrado ao custo de aquisição, doação ou construção, deduzido por depreciação acumulada, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

A depreciação é calculada com base em taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens, pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 6. A Entidade optou por não efetuar a revisão das taxas de depreciação de acordo com a vida útil dos bens, por entender que a estimativa utilizada para os seus bens se encontra adequada.

Obrigações trabalhistas e tributárias

São apresentados os valores referentes às obrigações trabalhistas, tributárias e contribuições devidas pela Entidade. As provisões trabalhistas são decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas financeiras adotadas--Continuação

2.2. Principais práticas financeiras adotadas na elaboração das demonstrações financeiras --Continuação

Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

Trabalho voluntário

Os trabalhos voluntários, suportados pelos termos de adesão do voluntariado, são quantificados com base na atividade do voluntário, o volume mensal de horas e o custo hora calculado com base no salário-mínimo vigente. O valor do trabalho voluntário é registrado mensalmente na receita e despesa, ou projeto, dependendo da área de atuação do voluntário.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa	12	12
Bancos – contas movimentados	653	700
	665	712

4. Títulos e valores mobiliários

	2024	2023
Aplicação financeiras - conta poupança	3.389	3.023
Aplicações financeiras - fundos de investimentos e outros	37.171	21.523
	40.560	24.546

As aplicações financeiras estão representadas principalmente por cotas de fundo de investimentos, compostos por Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e, fundos de renda fixa, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Taxa de juros média auferida nas aplicações financeiras foi de 12,77%, correspondendo a R\$ 117% do CDI, cuja taxa alcançou 10,88% no exercício de 2024. Referidas aplicações estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das informações anuais, não excedendo os seus respectivos valores de mercado. As aplicações financeiras incluídas neste grupo são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

5. Contas a receber

	2024	2023
Cartão de crédito - bazar	1.641	1.678
Vendas em bazares a depositar	62	78
Outras contas a receber	195	61
	1.898	1.817

6. Imobilizado

	% - Taxa de depreciação anual	2024		2023	
		Custo	Depreciação	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Terrenos	-	85	-	85	85
Edifícios	4	7.434	(1)	4.965	5.499
Móveis e utensílios	10	717	(48)	323	325
Instalações	10	68	(2)	2	4
Bens patrimoniais diversos	10	47	-	-	1
Veículos	20	1.100	(137)	370	507
Equipamentos de informática	20	1.539	(282)	1.039	1.020
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25	884	(8)	361	206
Máquinas e equipamentos	10	525	(56)	527	399
		12.399	(534)	7.672	8.046

UNIBES – União Brasileiro Israelita do Bem-Estar Social

	2023	Adições	Baixas	Depreciação	2024
Terrenos	85	-	-	-	85
Edifícios	5.499	378	(378)	(195)	4.965
Móveis e utensílios	325	-	-	(48)	323
Instalações	4	-	-	(2)	2
Bens patrimoniais diversos	1	-	-	-	-
Veículos	507	-	-	(137)	370
Equipamentos de informática	1.020	-	-	(282)	1.039
Benfeitorias em imóveis terceiros	206	-	-	(8)	361
Máquinas e equipamentos	399	-	-	(56)	527
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-
	8.046	378	(378)	(728)	7.672

Abertura das alienações no exercício

2024			
Valor da alienação	Custo contábil líquido da depreciação	Reserva de doações patrimoniais	Ganho na alienação de bens patrimoniais
Imóvel Rua da Ilha 1133 - Lote 10,11 e 12 - Chácara Recanto Bela Vista II - Itapecerica da Serra	(345.865)	543.243	80.000
Imóvel Rua Tres Rios, nº 228 - Apto 72 - Bom retiro - SP - Matrícula nº 39.576	-	-	250.782

7. Obrigações tributárias e trabalhistas

	2024	2023
Provisão de férias e encargos a pagar	1.457	1.481
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a recolher	105	83
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) a pagar	116	108
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) a recolher	234	206
Obrigações diversas	13	52
	1.925	1.930

8. Projetos sociais a realizar

	2024	2023
Recursos de entidades internacionais	2.372	1.269
Recursos para projetos públicos	749	775
Recursos para projetos privados	1.895	1.501
	5.016	3.545

Referem-se substancialmente aos recursos recebidos pela Entidade com destinação contratual expressa que serão utilizados exclusivamente nos projetos ou assistências a que se referem, com saída de recursos no próximo exercício social.

9. Tributos e contribuições

9.1. Renúncia fiscal - benefícios usufruídos

INSS

Em atendimento ao Decreto nº 7.237 de 20 de julho de 2010 (revogado e substituído pelo Decreto nº 8.242, de 2014) são demonstrados a seguir os valores relativos às isenções previdenciárias, como se devidos fossem gozadas durante os exercícios de 2024 e de 2023:

Benefícios usufruídos	Cota patronal	Terceiros	SAT	2023	2023
Assistência social	3.298	967	132	4.387	4.194
Auxílio-bolsa de estudos	274	80	11	365	354
	<u>3.572</u>	<u>1.048</u>	<u>143</u>	<u>4.762</u>	<u>4.548</u>

Os referidos valores são considerados individualmente como receita e despesa nas demonstrações do resultado dos exercício

9.1. Renúncia fiscal - benefícios usufruídos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A Entidade está isenta de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro de acordo com os Artigos 12º e 15º da Lei nº 9.532/1997. A Entidade apresenta anualmente a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - ECF.

Programa de Integração Social (PIS)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, conforme decisão judicial proferida em junho de 2015, nos autos nº 0010429-49.2014.4.03.61.00, sexta vara federal da comarca do capital do Estado de São Paulo, foi reconhecida a imunidade ao PIS.

COFINS

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento da mesma sobre suas demais receitas. As isenções apuradas, como se devidos fossem gozadas durante os exercícios de 2024 e de 2023 são as seguintes:

Benefícios Usufruídos	2024	2023
Assistência social	<u>97</u>	<u>86</u>

9.2. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, que tem como objetivo assegurar a manutenção da imunidade/ isenção tributária da Entidade venceu em 31 de dezembro de 2020, sendo que seu pedido de renovação foi efetuado tempestivamente em 15 dezembro de 2020, conforme protocolo emitido pelo Ministério da Cidadania. O referido processo segue em análise. Diante do prazo, em 22 de dezembro 2023 foi protocolado processo de renovação do CEBAS referente ao período de 2024-2026, o qual também foi considerado tempestivo.

Ambos os requerimentos estão em avaliação sob a responsabilidade do Ministério em comento, podendo requerer análises de outros entes governamentais. A Administração com base em seu histórico operacional e opinião de seus assessores jurídicos entende que a renovação deste Certificado será obtida sem qualquer ônus para a Entidade, portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais contingências.

10. Patrimônio líquido

Patrimônio social

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende a somatória dos valores dos superávits e déficits ocorridos desde a fundação da Entidade. Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu estatuto social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

11. Donativos diversos

	Notas	2024	2023
Pessoas jurídicas		10.211	8.160
Pessoas físicas		19.965	5.976
		<u>30.177</u>	<u>14.136</u>

Em 2024 recebemos receita extraordinária e não recorrente de R\$ 17.764.896, referente ao inventário e processo de espólio, o qual deixou em testamento seus bens (imóveis, móveis, cotas e investimentos) para diversas associações sem fins lucrativos, em partes iguais, incluindo a Unibes.

12. Receitas dos bazares

	Notas	2024	2023
Bazar Sede		2.623	2.722
Bazar Guarani		2.061	2.322
Bazar Celso Garcia		1.625	1.687
Bazar 294		1.406	1.528
Bazar Lapa		1.698	1.775
Bazar Centro de Distribuição		1.458	1.224
Bazar Santana		1.669	1.779
E-Bazar		713	676
		<u>13.253</u>	<u>13.713</u>

13. Agência Unibes Sobreviventes do Holocausto

Representado, substancialmente, por recursos recebidos de órgãos internacionais de ajuda às vítimas do Holocausto. Os valores desembolsados para seus beneficiários obedecem determinados critérios estabelecidos pela Agência "Claims International".

14. Parcerias municipais e estaduais

A Entidade recebeu subvenções do poder público, contabilizadas como receitas com “parcerias municipais”, recursos estes utilizados para fazer face à manutenção e programação de obras sociais e filantrópicas, sob sua responsabilidade. São eles:

	Notas	2024	2023
Parceria Municipal - Assistência Social		5.689	5.817
Parceria Municipal - Menor e Adolescente		3.916	3.208
Parceria Estadual		424	826
		<u>10.029</u>	<u>9.851</u>

15. Salários, encargos e benefícios

	Notas	2024	2023
Salários, horas extras e outros		14.363	13.627
Férias		1.927	1.819
13º salário		1.353	1.374
Encargos sociais - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e PIS		1.499	1.374
Benefícios (vale-transporte, cesta básica, valerefeição e outros)		4.202	4.247
FGTS - multa rescisória		584	319
Aviso prévio e indenizações		421	336
Outros		262	285
		<u>24.610</u>	<u>23.381</u>

16. Projetos Sociais

	Notas	2024	2023
Projetos Sociais		4.848	4.467
		<u>4.848</u>	<u>4.467</u>

Os projetos sociais estão relacionados com o suporte financeiro às aproximadamente 1.500 famílias em situação de vulnerabilidade social.

17. Auxílio para bolsas de estudos

	Notas	2024	2023
Auxílio para bolsas de estudos		3.527	2.666
		<u>3.527</u>	<u>2.666</u>

O auxílio para estudo socioeconômico para bolsas de estudos abrange jovens no ensino universitário.

18. Cobertura de seguros

A Entidade mantém cobertura de seguros, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

19. Contingências

A Entidade em curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por técnicos especialistas, avalia expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Com base na análise dos riscos identificados e assessorados pelos consultores legais, a Entidade constituiu provisão para contingências cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 186 (R\$ 65 em 31 de dezembro de 2023). A Entidade está envolvida em outras ações de natureza trabalhista, relacionadas com demandas trabalhistas, consideradas pelos consultores jurídicos com probabilidade de perda possível, as quais, em 31 de dezembro de 2024, montam R\$ 74 (R\$ 92 em 31 de dezembro de 2023).

20. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e fornecedores a pagar, em condições normais de mercado. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os períodos de vencimentos, se aproximam dos valores de mercado. Durante os exercícios de 2024 e 2023, a Entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

Considerações sobre riscos Estrutura
do gerenciamento de risco

A Entidade avalia os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de déficit financeiro da Entidade caso uma contraparte em qualquer dos instrumentos contratuais falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos seus recebíveis. Historicamente a Entidade não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras com seus financiadores.

Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade encontrar dificuldade em cumprir com as obrigações associados com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a recuperação da Entidade.

Riscos de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros das aplicações, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de primeira linha.

21. Eventos Subsequentes

Não observamos nenhum evento subsequente entre o encerramento contábil e emissão deste documento que ensejasse menção nestas notas explicativas.